

Política



Nordeste. Uma pesquisa da FGV mostra que a renda da população do Nordeste cresceu nos últimos anos, impulsionada pelo fortalecimento da economia nacional e pelos programas de transferência de recursos, como o Bolsa Família. O negativo é que isso não refletiu em melhora na qualidade de vida das pessoas.

Em seis anos. Levantamento, de 2002 a 2007, mostra que o inchaço da máquina ocorreu nos municípios

Número de servidores públicos cresce 20% no Espírito Santo

Dados do Ministério do Trabalho incluem o total de funcionários públicos municipais, estaduais e federais

ISABELA BESSA
ibessa@redgazeta.com.br

■ A quantidade de empregados na administração pública no Espírito Santo teve um crescimento de 20,9% entre 2002 e 2007. O dado, que inclui trabalhadores dos setores federal, estadual, municipal e entidades, posiciona o Espírito Santo na quarta colocação total entre os Estados das regiões Sudeste e Sul do país.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram compilados pelo economista Mauro Osório da Silva, doutor e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A média de crescimento no país chegou a 20,8%.

Entre esses Estados, o Rio de Janeiro ocupa a primeira colocação, com crescimento de 29,9%. Na sequência, aparecem Santa Catarina (28,9%), Minas Gerais (28,5%), Espírito Santo (20,9%), Paraná (19%) e São Paulo (3,3%). Já o Rio Grande do Sul registrou queda de 13,9% na quantidade de servidores públicos.

Na comparação entre as regiões, o Norte é o recordista no incremento de empregos públicos, com 41,7%. Depois surgem o Nordeste (33,1%), o Sudeste (15,6%), o Centro-Oeste (15,5%) e o Sul (7%). O Distrito Federal registrou uma queda de 1,9% no número de servidores.

MUNICÍPIOS

No Estado, o maior crescimento na administração direta ocorreu na esfera municipal. Considerados os números relativos a todas as cidades capixa-

“No Espírito Santo, que tem um governo estadual bem avaliado, não parece haver um empreguismo no setor público”

MAURO OSÓRIO DA SILVA
AUTOR DO LEVANTAMENTO

bas, o inchaço da máquina pública correspondeu a 33,9% entre 2002 e 2007. No setor municipal, este aumento é o maior entre os Estados do Sudeste e do Sul. A média da Região Sudeste ficou em 24,2%, e a média do Brasil atingiu 36,9%.

Em termos proporcionais, o setor federal no Espírito Santo subiu 5,7% o quantitativo de servidores. Já o governo estadual, 4,1%.

Entre os governos estaduais, Minas Gerais registrou um crescimento de 29,2%, índice muito superior à média do Sudeste (3,6%) e à nacional (6,6%) nesse setor. “No Espírito Santo, que tem um governo estadual bem avaliado, não parece haver um empreguismo no setor público. Está, inclusive, na média nacional”, destacou Mauro Osório. “Mesmo com a grande variação, Minas Gerais também tem uma gestão bem avaliada e com um programa de choque de gestão”, lembrou o especialista em planejamento urbano e regional.

Segundo ele, entretanto, os dados servem de base para uma análise no sentido da estruturação dos serviços à população. “Deve-se ter uma preocupação com o gasto público. Não se pode ter um discurso de estatização de tudo, nem demonizar essa modalidade. Os governos devem definir o que é prioridade e estruturar os serviços onde for necessário”, frisou.

A variação de empregados no setor público

Variação percentual do total de empregados no setor de Administração Pública nas Unidades Federativas entre 2002 e 2007 segundo a natureza jurídica do estabelecimento

Em %

Unidade Territorial	Setor Público Federal	Setor Público Estadual	Setor Público Municipal	Total*
Região Norte	-24,3	19,4	90,4	41,7
Região Nordeste	-3,4	14,7	49,9	33,1
Região Sudeste	37,4	3,6	24,2	15,6
Minas Gerais	23,4	29,2	27,0	28,5
Espírito Santo	5,7	4,1	33,9	20,9
Rio de Janeiro	56,2	11,9	30,9	29,9
São Paulo	1,6	-7,4	18,7	3,3
Região Sul	12,2	-17,7	23,5	7,0
Paraná	17,4	18,6	21,1	19,0
Santa Catarina	26,4	27,8	31,4	28,9
Rio Grande do Sul	2,6	-59,0	22,0	-13,9
Região Centro-Oeste	-2,7	17,9	45,0	15,5
Distrito Federal	-2,8	-0,3	0,0	-1,9
BRASIL	8,7	6,6	36,9	20,8

* O cálculo do total inclui ainda os servidores que atuam em entidades empresariais, sem fins lucrativos, pessoas físicas e outros

Fonte: RAIS

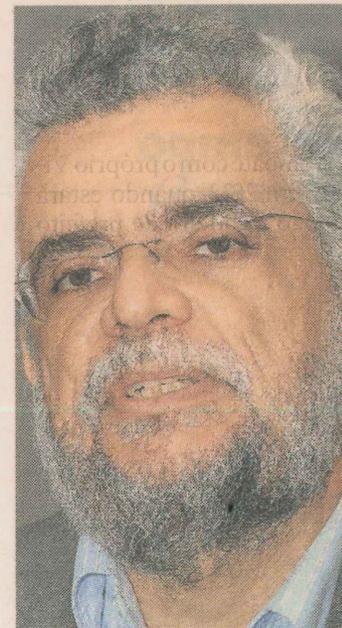
Variação percentual do total de empregos formais segundo setores do IBGE no Espírito Santo entre 2002 e 2007



A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

Municípios prestam mais serviços

CARLOS ALBERTO SILVA



AVALIAÇÃO. Simões: prefeituras contrataram mais professores

Para especialista em políticas públicas, aumento do total de servidores municipais ocorreu por concurso

■ O expressivo aumento do número de servidores nos municípios do Espírito Santo reflete a municipalização de serviços até então sob a responsabilidade do Estado e também o empreguismo público praticado em cidades economicamente mais pobres ou com excesso de recursos em caixa. Na avaliação do professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Roberto Garcia Simões, especialista em políticas públicas, parte do crescimento está relacionada à efetivação de trabalhadores por meio de concurso público.

“Recentemente, os municípios absorveram uma demanda do ensino fundamental e acabaram tendo que contratar professores, entre outros profissionais, também na Saúde”, destacou Simões. “Por outro lado, nos municípios com baixo dinamismo econômico, o setor público acaba exercendo esse papel, virando um cabide de empregos”, frisou o especialista, ao elencar as cidades do extremo Norte e Noroeste capixaba e os municípios em que houve um aumento relativo no repasse para o caixa municipal, com as divisões de recursos de royalties.

FORMAS

De acordo com Simões, pela simples análise dos números não é possível identificar se há ou não excessos. Entre-

tanto, há três formas pelas quais esse aumento pode ter ocorrido: concursos públicos e mudança no regime de trabalho; ações e políticas públicas dos municípios nas áreas sociais e ambiental; e o empreguismo público nos locais em que a administração é responsável por movimentar a economia.

“Quanto maior a força do setor econômico privado, menor o espaço ocupado pelo Poder público”, frisou. “Isso explica o fato de o Estado de São Paulo ter registrado apenas 3,3%”, detalhou. Com relação ao Rio Grande do Sul, os índices negativos de menos 13,9%, no total, e menos 59%, no setor estadual, refletem “a grave crise vivida pelo governo daquele Estado”.